

A INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS MARCOS REGULATÓRIOS NACIONAIS

INTERNATIONALIZATION IN THE BASIC EDUCATION AND THE NATIONAL REGULATORY FRAMEWORKS

Fabiane Köhler 1
Leticia Britz 2
Marília Costa Morosini 3

Resumo: A internacionalização na Educação Básica é uma proposta importante na construção da cidadania global em um mundo conectado. No entanto, são necessárias políticas educacionais alinhadas. Este estudo faz uma reflexão sobre a importância desse processo e a necessidade de adequação de parâmetros e diretrizes ao desenvolvimento de propostas educacionais. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com análise documental e de conteúdo de partes da Lei de Diretrizes e Bases, das Diretrizes Curriculares Nacionais, da Base Nacional Comum Curricular e de eixos estruturantes dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica, a fim de identificar seus pontos convergentes. Assim, verificou-se a importância do papel da escola e a necessidade de formação docente para a implementação dessas diretrizes. Concluiu-se que a formação de estudantes globais não se limita ao ambiente escolar, mas deve contar com a comunidade educativa, desenvolvendo projetos de interação entre diferentes povos, intercâmbios culturais e cooperação internacional.

Palavras-chave: Internacionalização. Educação Básica. Marcos Regulatórios Nacionais. Cidadania Global.

Abstract: Internationalization in Basic Education is an important proposal to build global citizenship in an interconnected world. However, educational policies in line with it are demanded. This study reflects on the importance of this process and the need of appropriate parameters and guidelines to develop educational proposals. For this purpose, literature research, documentary and analysis of content were done in some points of the Law of Directives and Bases, the National Curricular Guidelines, the National Common Curriculum Base and in the structural axes of the Basic Educational National Parameters, in order to identify their converging aspects. Thus, the importance of the school role and the need of teacher training were found to implement these directives. As a result, the global student formation is not only constrained by the school, but it must rely on the educational community, by developing interaction projects between different peoples, cultural exchanges and international cooperation.

Keywords: Internationalization. Basic Education. National Regulatory Frameworks. Global Citizenship.

- 1 Graduada em Pedagogia (FAPA) com Licenciatura Plena em Orientação Educacional e em Supervisão Escolar, pós-graduada em Gestão Curricular Marista (PUCRS), mestranda em Educação (PUCRS). Atualmente, é diretora do Colégio Marista São Pedro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8321329453778875>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0955-0692>. E-mail: fabianekoher0@gmail.com
- 2 Graduada em Letras – Inglês (UNISINOS), pós-graduada em Língua Portuguesa com ênfase em Multiletramentos e em Educação Especial e Inclusiva (UGF), mestranda em Educação (PUCRS). Atualmente, é professora de inglês do Colégio Militar de Porto Alegre. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4830420903865574>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2729-1585>. E-mail: leticia.britz@gmail.com
- 3 Licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia Educacional e doutorado em Educação (UFRGS), e pós-doutorado (LILLAS/Universidade do Texas). Atualmente, é bolsista produtividade 1A do CNPq; coordenadora do Centro de Estudos em Educação Superior (CEES/PUCRS) e da Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior (RIES); e professora titular da PUCRS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8614883884181446>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3445-1040>. E-mail: marilia.morosini@puccrs.br

Introdução

A internacionalização no âmbito da Educação Básica é pouco estudada e discutida no Brasil, o que não acontece na Educação Superior. No entanto, é indiscutível a sua importância desde os anos escolares iniciais, pois essa temática é transversal a qualquer componente curricular, tanto na etapa da Educação Básica quanto na da Superior.

Em um mundo cada vez mais globalizado e com a necessidade de formar indivíduos capazes de atuar nesse contexto, novos papéis estão sendo definidos para a Educação Básica e com isso novos desafios, como proporcionar a todos os estudantes a oportunidade de desenvolver sua compreensão do mundo e suas aptidões interculturais para viver nesse ambiente, dentro de seu próprio ambiente escolar, da sua escola.

Trata-se de uma proposta importante para preparar estudantes globais, capazes de atuar com responsabilidade e ética em um mundo cada vez mais conectado e interdependente. Cabe ressaltar que a internacionalização do ensino básico não se resume ao ensino de uma língua adicional, pois se trata de uma proposta mais ampla, que envolve o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, culturais e acadêmicas e que se dedica a preparar professores e alunos para compreenderem as relações internacionais e tornarem-se cidadãos globais, conscientes e responsáveis. Isso enfatiza, portanto, a importância de os marcos regulatórios nacionais se alinharem à internacionalização, fornecendo diretrizes claras para as instituições de ensino.

No Brasil, sua regulamentação é recente e encontra-se nos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica (Brasil, 2022). Dessa forma, cabe analisar os principais eixos estruturantes desse documento e identificar como estão alinhados com outros marcos regulatórios da educação brasileira, como a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Brasil, 2013), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e a Base Nacional Comum para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Brasil, 2019), a fim de verificar se estão alinhados com a proposta da internacionalização e compreender de que forma esses documentos jurídicos fundamentam e contribuem para a formação de estudantes mais capacitados e conscientes das questões globais.

Em função desses objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, na qual se utilizou da análise dos documentos referenciados e de conteúdo para o tratamento dos dados.

O texto foi organizado em quatro seções. A primeira é composta pela introdução; na segunda, apresentamos e discutimos os percursos metodológicos de análise documental, em busca de respostas para o questionamento colocado; na terceira, tratamos dos dados levantados e de sua análise; por fim, encerra-se a discussão com as considerações finais.

Percurso metodológico

O presente estudo se classifica como uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, tendo objetivos exploratórios, descritivos e interpretativos. O método utilizado foi uma análise documental e de conteúdos normativos. Segundo Gil (2012), a pesquisa qualitativa busca produzir reflexões e novas considerações sobre um fato ou fenômeno sem a aplicação de métodos estatísticos ou matemáticos. Já a pesquisa exploratória tem como objetivo a exploração de temas pouco estudados ou pouco abordados na área (Creswell, 2010). Por conseguinte, neste estudo, a pesquisa exploratória buscou investigar a internacionalização na Educação Básica, iniciando-se pela análise dos documentos legais, apresentados a seguir.

Marcos regulatórios nacionais para a Educação Básica

Os marcos regulatórios e documentos legais nacionais têm a função de garantir a qualidade da educação oferecida pelas escolas brasileiras e garantir o cumprimento das leis e diretrizes

estabelecidas. Entre eles, destacam-se: a Constituição Federal (Brasil, 1988), a LDB (Brasil, 1996), o PNE (Brasil, 2014), as DCN (Brasil, 2013), a BNCC (Brasil, 2018) e a BNC-Formação (Brasil, 2019).

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988), em seu artigo 205, diz que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, sendo de responsabilidade de toda a sociedade o desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania. Nesse contexto, o artigo 206 da Carta Magna estabelece como um de seus princípios a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, assim como recepciona o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, que deverá ser observado em todo o ordenamento jurídico e nas ações para a sua implementação.

Historicamente, sabemos que a escola assumiu o papel de garantir a instrução formal e as condições necessárias para o ingresso do estudante no mercado de trabalho. O advento da Lei n. 9.394 (Brasil, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trouxe, explicitamente, o papel de garantia da formação básica pela escola, caracterizando também outras funções que ao longo dos anos foram sendo incorporadas e vivenciadas de forma prática no ambiente educativo.

É nesse sentido que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também foi um marco importante, pois estabeleceu as bases da Educação Básica e definiu as metas e os objetivos da educação nacional (Brasil, 1996). Além disso, o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) define metas e estratégias para melhorar a qualidade da educação no Brasil. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais consistem em outro importante documento, que estabelece as habilidades e competências que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua Educação Básica (Brasil, 2013).

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular define os conhecimentos, habilidades e valores que devem ser aprendidos em todas as etapas da Educação Básica (Brasil, 2018). Nesse documento, é possível perceber a indicação para a abertura da construção e da elaboração de currículos com abrangência intercultural, de forma normativa, conectada e progressiva. Ele não só fornece uma indicação dos conhecimentos que devem fazer parte do currículo das redes de ensino de todo o país, mas também traça a sequência de competências e habilidades como um aspecto necessário da operacionalização da educação. Conforme indica o próprio documento:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p. 7).

A Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2019) também é um documento essencial, porque estabelece as habilidades e competências que os professores devem desenvolver para atuar na Educação Básica. Ademais, essa base estabelece as competências que os professores devem possuir na implementação das diretrizes para a internacionalização da Educação Básica – o que inclui habilidades de comunicação em diferentes idiomas, conhecimento e valorização da diversidade cultural, habilidades de trabalho em equipe e colaboração em projetos internacionais e outras habilidades importantes, portanto, para o desenvolvimento de um estudante global.

Também é possível inferir que a internacionalização do ensino básico não se resume apenas ao ensino do inglês ou de outras línguas estrangeiras, tendo em vista que essa é uma proposta mais ampla, que envolve, por consequência, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, culturais e acadêmicas para preparar os alunos para serem cidadãos globais conscientes e responsáveis (Amorim, 2012). Para isso, os marcos regulatórios e os documentos legais devem estar alinhados com a proposta, fornecendo orientações claras para instituições de ensino e professores. Ademais, a implementação da internacionalização da Educação Básica deve ser tratada como uma

ação integral, que envolve a formação de professores, o desenvolvimento curricular e a adequação do material didático, bem como a promoção de parcerias internacionais para troca de experiências e aprendizado (Thiesen, 2017). Assim, direcionar-se-á a educação brasileira para uma formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

O currículo da Educação Básica é organizado, em sua operacionalização, em cinco áreas do conhecimento: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, sendo cada uma delas constituída de componentes curriculares. No segmento do Ensino Médio, a BNCC deseja, por meio de uma referência comum obrigatória para todas as escolas de Educação Básica, proporcionar a elevação da qualidade do ensino no país (Brasil, 2018), respeitando a autonomia assegurada pela Constituição (Brasil, 1988). Então, para o desenvolvimento desse currículo, a equipe de educadores deve ter como objetivo incentivar os alunos a desenvolverem suas habilidades de pesquisa, coleta de informações, seleção e análise.

Também se deve incentivar que o aluno continue os estudos nos níveis educacionais mais altos e complexos e, acima de tudo, estimular o seu desenvolvimento pessoal, permitindo que se comunique em diferentes ambientes sociais e culturais. Então, percebe-se que as novas políticas curriculares não só oferecem a oportunidade de reinventar as práticas educacionais para a formação dos jovens, mas também solicitam um investimento em novas possibilidades de educação. Assim, com essas bases consolidadas, pode-se apostar na inovação de formas transformadoras e na recriação do conhecimento, bem como no oferecimento do currículo escolar como um caminho de aprendizagem que leva em consideração o conhecimento atual, as múltiplas linguagens, a cultura jovem e o mundo em que vivemos.

Eixos estruturantes dos parâmetros nacionais para a internacionalização na educação básica

Os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica (Brasil, 2022) constituem um relevante marco regulatório brasileiro que busca regulamentar a internacionalização na Educação Básica. Foram elaborados pelo Ministério da Educação em 2022, propondo quatro eixos estruturantes, que sustentam as seguintes proposições: educação para a cidadania global, internacionalização holística (para todos), interculturalidade e multilinguismo. Sendo assim, o principal objetivo desses eixos é promover a educação para a cidadania global, que, além de valorizar as diferenças culturais e linguísticas, busca desenvolver nos alunos a consciência crítica dos desafios globais.

Nesse contexto, é necessário enfatizar a importância da internacionalização da Educação Básica. Porém, é imperativo que os marcos regulatórios nacionais se alinhem com a proposta e forneçam diretrizes claras para as instituições de ensino. Dessa forma, percebe-se que os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica são os eixos estruturantes que orientam as propostas educacionais nesse sentido.

Entre eles, podem-se citar: Educação para a Cidadania Global, Internacionalização para todos, Interculturalidade e Multilinguismo. O eixo “Educação para a Cidadania Global” busca formar cidadãos vitais, comprometidos com o mundo em que vivem e capazes de se comportar de forma ética e responsável em escala global. Já o eixo “Internacionalização para todos” propõe que a internacionalização seja aberta a todos, independentemente de gênero, raça, classe social ou origem geográfica – o que sugere que a internacionalização deve ser vista como um processo amplo e abrangente, não exclusivo de uma determinada população estudantil. O terceiro eixo, “Interculturalidade”, por sua vez, enfatiza a importância do respeito à diversidade cultural e do diálogo intercultural como forma de construção de sociedades mais justas e igualitárias – o que supõe a valorização e a promoção da diversidade cultural e linguística existente no país, bem como a promoção do conhecimento e do diálogo intercultural. Por fim, o quarto eixo, “Multilinguismo”, enfatiza a importância de dominar mais de um idioma para ter sucesso no mundo globalizado em que vivemos. O objetivo desse eixo é desenvolver a competência comunicativa em diferentes idiomas, bem como a compreensão das diferentes culturas expressas por meio dessas distintas línguas.

Percebe-se que esses eixos estão alinhados no processo da internacionalização, com a finalidade de preparar os indivíduos para o exercício da cidadania numa perspectiva de compreensão holística, preservando valores universais e desenvolvendo pensamento crítico por meio do diálogo e das interações interculturais (Brasil, 2022). Assim, associando-se esses eixos aos marcos regulatórios e documentos legais nacionais, temos a clara função, como educadores, de garantir a qualidade da educação oferecida pelas escolas, com o cumprimento das leis e diretrizes estabelecidas.

Eixos estruturantes x marcos regulatórios

É necessário analisar a relação entre os eixos estruturantes dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica, os marcos regulatórios e os documentos legais nacionais para determinar as possibilidades e os desafios da implementação da internacionalização da Educação Básica. Essa análise permitirá, pois, compreender de que forma a internacionalização pode ser integrada à Educação Básica brasileira de maneira efetiva e coerente, em consonância com as políticas e leis educacionais vigentes no país (Thiesen, 2017).

Ademais, é importante recordar que o principal objetivo dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica é contribuir para o desenvolvimento de cidadãos globais que entendam questões interculturais e multilíngues. Nesse sentido, percebe-se que a Educação para a Cidadania Global é um dos eixos estruturantes desses parâmetros, a qual visa a preparar os alunos para serem agentes de mudança em uma sociedade globalizada.

Tendo isso em vista, outro eixo estruturante é a internacionalização holística, que deve ser acessível a todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica ou cultural. Isso pois a ideia é promover a equidade educacional e oferecer oportunidades para que todos os alunos se beneficiem da internacionalização e do intercâmbio cultural (Nogueira; Aguiar; Ramos, 2008). Ademais, a interculturalidade é outro aspecto importante dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica, e tem como objetivo educar os alunos quanto à diversidade cultural e ao respeito das diferenças, promovendo a inclusão e a igualdade. Além dela, pode-se citar o multilinguismo, que também consiste em um eixo estruturante desses parâmetros, visando a facilitar a aprendizagem de outras línguas e, assim, integrar melhor os alunos num mundo globalizado e multicultural.

Isso posto, infere-se que, para garantir o cumprimento desses objetivos, os marcos regulatórios nacionais são essenciais. Entre eles, podem-se citar: a Constituição Federal (Brasil, 1988), a LDB (Brasil, 1996), o PNE (Brasil, 2014), as DCN (Brasil, 2013), a BNCC (Brasil, 2018) e a BNC-Formação (Brasil, 2019). Trata-se de documentos legais que estabelecem as diretrizes, habilidades e competências que os professores devem desenvolver e que as instituições de ensino devem seguir para garantir a implementação de parâmetros nacionais para a internacionalização da Educação Básica (Pacheco, 2014).

Também se destaca que a internacionalização do ensino básico não se limita à aprendizagem de outras línguas ou à realização de intercâmbios internacionais, visto que se trata de uma abordagem de ensino que visa a formar cidadãos globais, conscientes da diversidade cultural e capazes de atuar em um mundo cada vez mais interconectado (Libâneo, 2014). Esse entendimento permite pensar em como uma modificação na base curricular do ensino pode ser realizada, inclusive, com a utilização de metodologias de ensino que impliquem na realização de atividades por meios de telecomunicação, possibilitando uma real integração do aluno que, muitas vezes, não possui condições econômicas de, por exemplo, realizar uma viagem a outro país.

Assim, com a crescente necessidade de uso das tecnologias, Mentges (2022, p. 69) observa que a necessidade de compreensão dos fundamentos da universalização do ensino ficou mais evidente:

A educação se universalizou como fenômeno social que rompe as fronteiras geográficas do conhecimento, suscitando o interesse pelo processo de internacionalização e pela ampliação de mercado. Nesse processo, identifica-se um

movimento contínuo que interliga aspectos sociais, políticos e econômicos, com o aporte da tecnologia.

Nesse sentido, a implementação dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica e a adesão aos marcos regulatórios nacionais são essenciais para garantir uma educação de qualidade e preparar os alunos para os desafios do mundo atual.

A implementação da internacionalização na educação básica e a formação de estudantes globais

A implementação da internacionalização da Educação Básica é um processo complexo que requer atenção e cuidado para atingir as metas estabelecidas pelos parâmetros nacionais, sendo que a formação de estudantes globais deve se tornar um dos principais objetivos das instituições de ensino (Thiesen, 2017). Porém, para que isso seja efetivo, os estudantes precisam ser capazes de compreender diferentes culturas, valores e tradições, o que implica, portanto, na formação de uma identidade global.

Além disso, é fundamental que a formação dos estudantes tenha uma base sólida de conhecimentos e habilidades, buscando uma compreensão ampla e profunda do mundo contemporâneo. Assim, esse processo deve incluir o desenvolvimento de habilidades como comunicação em língua estrangeira, trabalho em equipe e capacidade de trabalhar com pessoas de culturas diferentes, assim como empatia e respeito ao próximo. Ademais, os alunos precisam ter acesso a informações atualizadas e precisas sobre questões globais, como mudança climática, direitos humanos e economia global (Libâneo, 2014).

Cabe enfatizar que essa formação não pode ser vista como um processo isolado, mas sim como um processo que envolve um esforço coletivo de toda a comunidade educacional. Nesse sentido, os professores devem estar preparados para atuar como facilitadores desse processo, criando oportunidades para que os alunos desenvolvam suas habilidades globais e ajudando-os a compreender a importância da cooperação internacional e da solidariedade dos povos (Moreira, 2002).

Outrossim, é necessário que a comunidade educativa participe de atividades que promovam a interação entre diferentes culturas e povos, como intercâmbios culturais e projetos de cooperação internacional. Essas iniciativas expandem as oportunidades de aprendizagem para os alunos e ajudam a desenvolver cidadãos globais conscientes e responsáveis num mundo que precisa da valorização e do respeito ao ser humano em suas múltiplas dimensões, colaborando de forma cidadã para o bem-estar de toda a comunidade.

Sendo assim, a implementação da internacionalização da Educação Básica requer não somente o desenvolvimento de políticas e programas para facilitar as experiências internacionais dos alunos – como intercâmbios e viagens de estudo –, mas também uma estrutura que permita o planejamento e a implementação dessas iniciativas, bem como a avaliação de seus resultados (Thiesen, 2017).

Por certo, a promoção da diversidade cultural no ambiente escolar contribui significativamente para a formação de alunos globalmente conscientes e críticos. Nesse contexto, as instituições de ensino devem valorizar e respeitar a diversidade cultural existente em suas comunidades, proporcionando oportunidades para que os alunos aprendam e valorizem diferentes tradições e modos de vida (Sudbrack; Negro, 2016). Assim, enfatiza-se que possibilitar a formação de alunos globais não é uma tarefa fácil e requer esforços conjuntos de toda a comunidade educacional, tendo em vista que a implementação da internacionalização da Educação Básica demanda uma mudança de paradigma na forma como a educação é concebida, com foco no desenvolvimento de cidadãos para o mundo.

Por isso, é interessante considerar que a formação de alunos globais não deve se limitar ao ambiente escolar, mas deve ser uma prática que perpassa todo o contexto educacional e social. Afinal, a internacionalização não é uma disciplina escolar, mas um processo que deve permear

todas as áreas do conhecimento e todas as atividades dos estudantes (UNESCO, 2000).

Outro ponto essencial na formação de um grupo de estudantes é estimular a mobilidade acadêmica nacional e internacional, possibilitando aos alunos a oportunidade de vivenciar outras culturas e realidades, aprender novos idiomas e ampliar sua visão de mundo. Por isso, escolas e universidades precisam estabelecer intercâmbios e parcerias com instituições de outros países.

Ainda quanto à promoção de estudantes globais, é necessário destacar a importância da formação de professores para a implementação da internacionalização da Educação Básica. Os professores precisam ser treinados para trabalhar com perspectivas globais em suas disciplinas, de modo a promover a interculturalidade, o multilinguismo e a cidadania global (Thiesen, 2017). Então, torna-se imprescindível, nesse caminho, a promoção de atividades extracurriculares, incentivando os estudantes a participarem de projetos sociais e comunitários no Brasil e no exterior. Essas iniciativas ajudam os alunos, por fim, a desenvolverem habilidades e competências essenciais para a cidadania global, como empatia, solidariedade e respeito à diversidade cultural (Sevilha, 2014).

Na concepção dos professores, a instituição, representada pela sua comunidade educativa (gestor, professor, equipe pedagógica, funcionário, família, aluno), reúne membros importantes para a abertura ao mundo globalizado. Todos precisam estar motivados aos processos de internacionalização, compreender e interiorizar o seu significado. A escola necessita de profissionais abertos(as) ao encontro e ao convívio com a diversidade, ao diálogo intercultural, arquitetando outro rosto pedagógico ao trabalho educativo, com novos sentidos, significados e competências. Destaca-se a importância do trabalho colaborativo, de um grupo engajado e do planejamento de ações e estratégias possíveis de serem alcançadas, o que pode ocorrer através de práticas de internacionalização em casa, do currículo e através do intercâmbio com mobilidade, todas por estabelecimento de parcerias internacionais.

Cabe, ainda, ressaltar que cultivar estudantes globais requer mudanças profundas no modelo tradicional de educação. Ademais, tem-se a necessidade de escolas e universidades repensarem suas práticas de ensino e buscarem alternativas que possam atender às demandas de uma sociedade cada vez mais conectada e global.

Muitas são as ações e medidas que corroboram as diretrizes da internacionalização da educação presentes em marcos regulatórios brasileiros, e sabemos que elas estão sendo incluídas timidamente em currículos e programas educacionais. Mesmo que essas medidas sejam vistas com pouca frequência em atividades de ensino ou em projetos diversos, as instituições de ensino começam a compreender a sua importância para a formação de um sujeito que desenvolva suas habilidades e que reconheça as diferentes perspectivas e formas de atuar numa realidade globalizada e conectada com o mundo. Tal visão corrobora a de Copiano e Batista (2021, p. 4), para os quais:

[...] as instituições de ensino técnico de nível médio são espaços geradores de conhecimento, cultura e tecnologia que buscam inovar na criação de novos cursos e na capacitação de docentes e discentes como forma de atender os novos desafios de um mercado de trabalho globalizado, competitivo e internacional.

Com base no que foi mencionado, a implementação da internacionalização da Educação Básica e a formação de estudantes globais são temas de extrema importância da educação brasileira. Além disso, é fundamental que se pensem e se desenvolvam políticas públicas que estimulem essa prática, permitindo que escolas e universidades consigam adequar suas práticas de ensino a essa nova realidade. Somente assim, portanto, será possível produzir cidadãos que atuem em um mundo cada vez mais interconectado e complexo.

Resultados

A internacionalização da educação se manifesta como um meio para preparar os indivíduos

para o exercício da cidadania numa perspectiva de compreensão holística, preservando valores universais e desenvolvendo pensamento crítico por meio do diálogo e de interações interculturais. Então, a partir da análise dos dados coletados, foi possível determinar que a internacionalização da Educação Básica deve ser uma proposta de ensino capaz de promover a inclusão de estudantes em todas as fases da sua vida. Ademais, pode-se inferir que os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica, bem como os marcos regulatórios nacionais, são essenciais para orientar a implementação de práticas que promovam, assim, a educação para a cidadania global, uma internacionalização holística, uma integração cultural e o multilinguismo.

Por certo, o processo educacional é sempre muito dinâmico, o que sugere que os resultados aqui propostos devam sempre estar relacionados com a necessidade de novas reflexões – que deverão integrar e atualizar as propostas dos marcos regulatórios e dos eixos estruturantes.

Assim, cabe mencionar importantes considerações para a implementação mais eficaz dos conceitos da internacionalização para o ensino básico, em relação a cada um dos seus agentes responsáveis, como seguem:

- a) Escolas:** os ambientes escolares precisam estar preparados para compreender a diversidade cultural e linguística de seus alunos, proporcionando uma formação que respeite suas origens e identidades, com estrutura para a inserção em um mundo globalizado;
- b) Gestores:** é fundamental que os gestores invistam na formação de professores, na reforma dos ambientes escolares e na oferta de material didático atualizado com as perspectivas internacionais. Essa ação está amparada pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e pelas demais legislações, visto que os recursos podem ser pleiteados diretamente com os órgãos governamentais, através de justificativas que utilizem os marcos regulatórios;
- c) Professores:** os professores devem ser formados e qualificados para atuarem nessa nova perspectiva de conhecimento. Isso significa que a formação inicial e continuada dos docentes deve levar em conta a educação para a cidadania global, o desenvolvimento da interculturalidade, do multilinguismo e a compreensão das relações internacionais e dos processos de globalização. Ademais, significa que esse profissional deve buscar uma constante qualificação pessoal para o entendimento desses novos desafios, através de cursos ou simplesmente da recorrente busca de informações sobre as atualidades do mundo;
- d) Famílias e/ou responsáveis:** cabe enfatizar que o ensino é um dever de todos e que não há como prosperar sem a união de esforços de toda a comunidade escolar. É nesse sentido que os pais e/ou responsáveis também devem participar da formação e do desenvolvimento de uma consciência cidadã, sendo integrados nesse processo, para que compreendam a importância da internacionalização para a educação de seus filhos, e, assim, apoiem as iniciativas da instituição escolar.

Considerações Finais

Com base no exposto, a internacionalização é um processo que desenvolve competências essenciais para o exercício da cidadania global e para o trabalho em um mundo multicultural, conectado, exigente e interdependente, e que compete, inicialmente, à Educação Básica.

A partir da análise dos marcos regulatórios e documentos educacionais nacionais, percebe-se que eles estão alinhados com os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica. Esses parâmetros estabelecem orientações claras para diferentes agentes educacionais: gestores, professores e demais profissionais da educação, estudantes e seus responsáveis.

Os desafios para a solidificação da internacionalização são muitos, mas o caminho e a direção são visíveis e inconfundíveis. É essencial desenvolver um olhar para a internacionalização da educação mais presente, mirando o reconhecimento da interculturalidade, de saberes, de valores e de práticas partilhadas pelos diferentes grupos socioculturais presentes no ambiente educacional, para que a educação integral do indivíduo, segundo a BNCC, atinja o seu propósito de uma formação que garanta o desenvolvimento dos indivíduos em todas as suas dimensões (intelectual, física, emocional, social e cultural) e se constitua como projeto coletivo, compartilhado

por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Ademais, cabe enfatizar que a internacionalização da Educação Básica é um tema fundamental e estreitamente relacionado com o progresso da sociedade contemporânea, que contribui para a formação de estudantes capazes de interagir em um mundo multicultural e plurilíngue. No entanto, para a sua implementação, os desafios são imensos e requerem o envolvimento e a colaboração de toda a comunidade escolar, a fim de que se possa garantir uma educação mais inclusiva e equitativa, baseada nos princípios da cidadania global e relevante para os desafios do mundo contemporâneo.

Referências

AMORIM, Marina Alves. Educação dos brasileiros e o estrangeiro: breve histórico da internacionalização dos estudos no Brasil. **Brasiliana Journal for Brazilian Studies**, London, v. 1, n. 1, p. 44-65, set. 2012.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: SEB, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN)**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7712664/mod_resource/content/0/Parametros_Internacionaliza_Educacao_Basica.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COPIANO, Guilherme Antonio Bim; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Internacionalização e a educação profissional técnica de nível médio: estudo da parceria entre Ceeteps e o Icf. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, e46210212889, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. *In: SILVA, Maria Abádia; CUNHA, Célio da (org.). Educação Básica: políticas, avanços, pendências.* Campinas: Autores Associados, 2014. p. 13-56.

MENTGES, Manuir José. **Internacionalização e organização em rede:** uma proposta para a rede internacional Marista de educação superior. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10365>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, diferença cultural e diálogo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 15-38, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xdrtMKTjRk7KmNTr9VwJK3q/?format=pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

NOGUEIRA, Maria Alice; AGUIAR, Andrea Moura de Souza; RAMOS, Viviane Coelho Caldeira. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-376, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wRW6c47y9swCqjcw4qh9wDk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PACHECO, José Augusto; MARQUES, Micaela. Governabilidade curricular: ação dos professores em contextos de avaliação externa. *In: OLIVEIRA, Maria Rita (org.). Professor: formação, saberes, problemas.* Porto: Porto, 2014. p. 105-135.

SEVILHA, Gustavo Brechesi. **A internacionalização do ensino básico, suas motivações.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SUDBRACK, Edite Maria; NEGRO, Arnaldo. Internacionalização e educação: impactos nas políticas educacionais. **RP3: Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, n. 7, p. 44-57, 2016.

THIESEN, Juarez da Silva. Internacionalização dos currículos na Educação Básica: concepções e contextos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 991-1017, out./dez. 2017.

UNESCO. **Educação para todos:** o compromisso de Dakar. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330730/2000_declaracaosobreeducacaoparatodosocompromissodedakar.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

Recebido em 22 de maio de 2023.

Aceito em 13 de junho de 2023.